



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022

Tomada de Preços nº 004/2022		Data de Abertura: 25/4/2022 às 9:00	
Objeto			
Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria técnica visando a modernização administrativa e tributária com vistas a fomentar a arrecadação municipal, através do aperfeiçoamento da legislação tributária, com a revisão, compilação e consolidação do Código Tributário Municipal, incluindo treinamento da equipe de agentes e fiscais do setor tributário de acordo com os achados e o quadro de recomendações nos planos anuais de fiscalização 2017 a 2021 e autuação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE.			
Valor Total Estimado da Licitação			
R\$ 120.246,90 (cento e vinte mil, duzentos e quarenta e seis reais e noventa centavos).			
Visita Técnica	Instrumento Contratual	Tipo	Lic. Exclusiva ME/EPP?
SIM	CONTRATO	TÉCNICA E PREÇO	NÃO
Documentos de Habilitação (Veja item 10)*			
Requisitos Básicos: <ul style="list-style-type: none">- SICAF ou CRC- Declaração Unificada		Requisitos Específicos: <ul style="list-style-type: none">- Certificado CORECON PJ- Certificado CRC PJ- Certificado CRA PJ- Comprovação de vínculos- Atestado de Capacidade Técnica- Atestado de Visita Técnica	

* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.

Reserv. Cota ME/EPP?	Fases	Pedidos de Esclarecimentos	Impugnações
NÃO	1ª de Habilitação, 2ª de Proposta Técnica e 3ª de Proposta Financeira.	Até 5 dias antes da abertura	Até 2 dias antes da abertura
Justificativa do processo			
O município de Dois Vizinhos foi auditado pelo Tribunal de Contas do Paraná, que apontou inúmeras deficiências no processo de fiscalização, lançamento e cobrança de tributos municipais. As falhas observadas pelo TCE-PR, em sua grande maioria, são decorrentes, entre outros motivos, da falta de preparo dos servidores encarregados dos serviços da tributação. Outra razão para a licitação ora pretendida, é a necessidade de atualização do nosso Código Tributário (Lei Ordinária nº 1052/2002) que foi elaborado em 2002. Apesar de ter sofrido alterações ao longo desses anos, não está em condições plenas de aplicação, razão pela qual deve ser atualizado/modernizado, e não há equipe técnica			



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

própria capaz de efetuar esse trabalho com eficácia.

A secretaria teme que possíveis ações judiciais de cobrança de tributos baseados na atual legislação, possa ocasionar sérios prejuízos ao erário diante da possibilidade de anulação dos atos internos de cobrança.

Fonte do Recurso: Livre

Todos os documentos impressos devem preferencialmente em papel reciclável.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022

1 - PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS**, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 007/2022, publica para o conhecimento dos interessados, que se encontra instaurada LICITAÇÃO na modalidade de **Tomada de Preços**, tipo **“TÉCNICA E PREÇO”**, Tipo de Adjudicação **“GLOBAL”**, que se regerá pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, bem como as Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e suas alterações, Lei Municipal nº 1994/2015, alterada pela Lei nº 2525/2021, conjugadas com as disposições constantes do presente edital e seus anexos e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: impreterivelmente até as **9 horas do dia 25 de abril de 2022**, e deverão ser entregues a/ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Sr(a). Bianca Cristina Schreiber, nomeado(a) pela Portaria n.º 007/2022, na sala de licitações, nas dependências da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos.

A Comissão Permanente de Licitação não se responsabiliza por envelopes que não forem entregues pessoalmente.

ABERTURA DOS ENVELOPES: as 9 horas do dia 25 de abril de 2022.

FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES: O Departamento de Licitações prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, no horário de expediente, na Avenida Rio Grande do Sul, 130, Centro – na cidade de Dois Vizinhos – PR. O contato pelo fone (46) 3536 8837.

2 – ELEMENTOS INSTRUTORES

2.1. Os envelopes deverão ser entregues aos membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, nomeados pela Portaria 007/2022, até a data, horário e local indicado no preâmbulo do presente edital.

2.2. São parte integrante deste edital os seguintes elementos instrutores:

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

ANEXO II – MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA

ANEXO III – PROPOSTA FINANCEIRA

ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA

ANEXO V – PONTUAÇÃO TÉCNICA

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

2.3. As empresas participantes deverão verificar o conteúdo dos documentos integrantes do Edital, sendo que decairá do direito de impugnar os termos do Edital de Licitação perante a PREFEITURA, licitante que não fizer seu pedido até o 2º (segundo) dia útil que anteceder à abertura dos envelopes com as propostas, nos termos do artigo 41, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8666/93, e suas alterações.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

2.3.1 A(s) impugnação(ões) poderá(ão) ser entregue(s) no Departamento de Licitações ou enviado(s) por meio eletrônico para o e-mail: planejamento@doisvizinhos.pr.gov.br.

2.4. O contrato deverá cumprir o Termo de Ética dos Servidores Públicos do Município de Dois Vizinhos, conforme previsto no Decreto nº 16549/2020, artigo 27, alínea “D” de acordo com os princípios e critérios de conduta nele estabelecidos.

3 – DISPOSIÇÕES INICIAIS e JUSTIFICATIVAS

3.1. A presente licitação é realizada na modalidade **Tomada de Preços**, tipo **Técnica e Preço**, Tipo de Adjudicação **Global**, de acordo com disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, normas contidas neste Edital e sua minuta de Contrato, anexos, bem como as demais disposições legais cabíveis na espécie.

3.2. Serão disponibilizados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br/licitacoes qualquer alteração de data e horário, adendo modificar, errata e esclarecimentos é de responsabilidade dos interessados acompanharem neste mesmo site.

3.3. Preço: A metodologia adotada para a formação dos valores máximos foi a conjugação de preços, utilizando-se de pesquisa de preços em empresas do ramo pertinente ao objeto e contrato similar firmado por outro ente governamental.

3.4. Critério: O critério utilizado para balizar o preço, foi a média de preços dentre os orçamentos e contratos de outros entes governamentais da cesta de preços que fazem parte do bojo.

3.5. Justifica-se a modalidade e o tipo de apuração haja vista particularidades nos serviços que demandam de conhecimentos específicos.

3.6. É inquestionável o grau de complexidade dos trabalhos a serem prestados pela empresa vencedora, pois abrangem estudos de questões jurídicas, surgindo a necessidade de advogados com conhecimento na área tributária; economistas que terão que analisar as questões econômico-financeiras, mas certamente, a indispensabilidade dos profissionais da área contábil, pois a análise de balanços é matéria exclusiva destes profissionais juntamente com administradores, que possuem relação preponderante e fundamental com o objeto do certame, que, em primeira análise será de auxílio à fiscalização, com treinamento da equipe de fiscais.

3.7. Fica claro que somente empresas que possuam profissionais na área contábil, de economia e administração, possuem a expertise necessária para orientar, mediante a análise dos documentos apresentados em possível ação fiscal, cujo objeto desta licitação também inclui o auxílio e treinamento à fiscalização, para então qualificar os servidores da área de tributação (fiscais) para o efetivo trabalho de sua competência.

3.8. A qualificação técnica constante do edital garante à Administração Municipal que a empresa vencedora possua a capacidade técnica e profissionais habilitados para cumprir suas obrigações, de forma a bem aplicar os recursos públicos. Assim, a execução dos trabalhos sem a responsabilidade técnica contábil, administrativa e econômica de uma empresa, torna-se inexequível e não atenderá ao objetivo a que se propõe a licitação.



3.9. No que diz respeito ao fato de uma empresa possuir registro em mais de um órgão de classe, destaca-se que qualquer empresa que possua os profissionais responsáveis, devidamente habilitados, e que estejam com sua composição societária adequada à legislação, bem como suas atividades constem de forma clara e precisa no seu contrato social, poderão registrar-se junto aos Conselhos de Classe.

3.10. As empresas devidamente registradas nos Conselhos de Classe trazem à administração pública segurança jurídica no sentido de que os profissionais disponibilizados para execução dos serviços e a própria empresa são constantemente fiscalizados nas suas atividades.

3.11. Neste sentido, o Tribunal de Contas da União tem como orientação predominante (Decisão 450/2001- Plenário e Acórdãos 447/2014-Plenário; 681/2013-Plenário; 1.034/2012-Plenário; 7.388/2011-1ª Câmara e 2.521/2003-2ª Câmara, entre outros), no sentido de que o registro ou inscrição na entidade profissional competente, prevista no art. 30, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, deve ser no conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação.

3.12. Assim, denota-se razoável que o município licitante tenha tido o cuidado e a prevenção de exigir no edital da Tomada de Preços a inscrição das licitantes nos devidos Conselhos de Classe, de forma a se assegurar da execução do objeto licitado dentro das normas que regem as matérias específicas.

3.13. Ademais, a qualificação técnica exigida consiste no domínio de conhecimentos e habilidades teóricas e práticas para execução do objeto a ser contratado, abrangendo, inclusive, a situação da regularidade em face de organismos encarregados de regular determinada profissão.

3.14. A exigência de registro da empresa nos Conselhos de Classe não cerceia a participação dos interessados e nem restringe o caráter competitivo da licitação, visto que o município necessita desses profissionais para questões para análises específicas territoriais. Todas as empresas que prestam serviços desta natureza estão devidamente registradas e para tanto, necessitam possuir profissionais habilitados como responsáveis técnicos.

3.15. Assim, toda empresa que possua nos seus quadros, profissionais da contabilidade, de economia e administração, engenharia, poderão requerer sua inscrição e registro no Conselho Regional de Contabilidade e Conselho Regional de Economia e Conselho Regional de Administração e Conselho Regional de Engenharia ou Arquitetura, sem maiores dificuldades, desde que preencham os requisitos exigidos pela lei.

3.16. Importante salientar que a legislação tributária é complexa e com prazos fatais, assim os profissionais do município precisam estar aptos a desenvolver todo o processo, sem incorrer no risco de ilegalidades ou irregularidades, que resultaram em renúncia de receita por parte do gestor.

3.17. Assim, entendemos, que os documentos solicitados são compatíveis com a matéria, não há qualquer cerceamento de participação, pois as comprovações solicitadas são naturais das empresas que trabalham nesta área, que normalmente acervam seus trabalhos junto aos Conselhos.



3.18. Nesse sentido a qualificação técnica da empresa é pressuposto indispensável ao adimplemento da habilitação neste certame, uma vez que a Administração somente poderá confiar-lhe a execução do objeto da licitação, se o interessado possuir e comprovar, nos termos da Lei (art. 30, inc. I, da Lei n.º 8.666/1993), a sua habilitação jurídica plena, visto a complexidade do objeto ora licitado, e a dificuldade financeira do município, onde o serviço prestado deverá ser de qualidade e não conter erros.

3.19. Justificativa acerca da visita técnica - Conforme acórdão do TCU: “É irregular exigir visita técnica como requisito de habilitação em licitação, a não ser quando for imprescindível o conhecimento das particularidades do objeto e acompanhada de justificativa, sendo suficiente a declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto.” (TCU Acórdão 1955/2014-Plenário). O Tribunal de Contas da União traz a definição do objetivo da visita técnica na licitação: “A visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais. Portanto, a finalidade da introdução da fase de vistoria prévia no edital é propiciar ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto”.

4 - DO OBJETO

4.1. Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA VISANDO A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA COM VISTAS A FOMENTAR A ARRECADAÇÃO MUNICIPAL, ATRAVÉS DO APERFEIÇOAMENTO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, COM A REVISÃO, COMPILAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, INCLUINDO TREINAMENTO DA EQUIPE DE AGENTES E FISCAIS DO SETOR TRIBUTÁRIO DE ACORDO COM OS ACHADOS E O QUADRO DE RECOMENDAÇÕES NOS PLANOS ANUAIS DE FISCALIZAÇÃO 2017 A 2021 E AUTUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – TCE.**

Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1	38417	ANALISE SITUACIONAL DA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA MUNICIPAL Análise Situacional - Levantamento e Diagnóstico da Legislação Tributária Municipal a)análise da legislação tributária municipal, identificando lacunas jurídicas; b)coordenar e assessorar os trabalhos com os técnicos municipais da área tributária, fiscais	1	UN	9.249,36	9.249,36



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

		de tributos, procuradores, assessores, Secretário Municipal de Finanças; c)formular diagnóstico e propor a equipe soluções técnicas e jurídicas para solucionar as dificuldades na aplicação da legislação tributária, o qual servirá de base para a definição das políticas tributárias e atualização da legislação; d)atualização da planta genérica de valores dos imóveis componentes da base de dados do IPTU.				
2	38418	ANALISE DAS POLÍTICAS TRIBUTÁRIAS MUNICIPAIS Análise das políticas tributárias municipais. Análise das políticas tributárias municipais, tais como: adequação a legislação vigente, alíquotas dos impostos, política de isenções e incentivos, tratamento da pequena empresa, parcelamento de débitos tributários e demais aspectos tributários, com realização de relatórios.	1	UN	9.569,56	9.569,56
3	38419	ELABORAÇÃO DA MINUTA DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Elaboração da Minuta do Projeto de Lei Complementar A minuta do Projeto de Lei Complementar do Código Tributário Municipal deverá estar em consonância com as normas legais de hierarquia superior e deverá pautar-se nas seguintes diretrizes mestras: a)Compilação e consolidação da legislação tributária municipal; b)Estabelecimento de normas gerais relativas à gestão tributária de todos os tributos, vigência, aplicação e interpretação da legislação; c)Obrigação tributária: obrigação principal e acessória, o sujeito ativo e o sujeito passivo, a capacidade e a responsabilidade tributárias, o domicílio tributário; d)Crédito tributário: sua	1	UN	37.955,44	37.955,44



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

		constituição, modalidades de lançamento, causas de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário; e) Administração tributária: fiscalização, infrações e penalidades, dívida ativa, certidões; f) Contencioso tributário: a impugnação e o julgamento administrativo; g) Obrigações acessórias: revisão das obrigações acessórias vigentes e normatização das novas regras, conforme a necessidade; h) Tributos Municipais em espécie (impostos, taxas e contribuições): estabelecer em relação a cada um deles o fato gerador, o sujeito passivo/ responsável tributário, a incidência / não incidência, isenções e bases de cálculo, lançamento e alíquotas, planta genérica de valores; i) Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempresário Individual; j) Nota Fiscal Eletrônica; k) Lei da Liberdade Econômica; l) Demais legislações vigentes bem como decisões sumuladas pelo STJ e STF.				
4	38420	ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO DE APROVAÇÃO DA LEI COMP. Acompanhamento do Processo Legislativo de aprovação da Lei Complementar A Contratada deverá assessorar o Município durante o processo legislativo, analisando as eventuais emendas propostas, dando assim suporte para a aceitação ou rejeição das mesmas. A contratada deverá oferecer apoio técnico até que o projeto seja transformado em lei. Sancionado e publicado o Código Tributário Municipal atualizado, deverá a Contratada elaborar a redação de Projeto de Decreto para o fim de regulamentar as questões que	1	UN	9.249,36	9.249,36



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

		necessitam melhor detalhamento para a sua aplicação, bem como abrangendo todas as matérias que o texto da lei tenha reservado ao regulamento. O projeto de Decreto também deverá ser discutido pela equipe de técnicos com vistas à análise crítica e adequação das normas.				
5	38421	<p>IDENTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS CADASTRADAS NA RF SEM CADASTRO NO MUNICIPIO</p> <p>Identificação das Empresas Cadastradas na Receita Federal do Brasil e sem cadastro no município de Dois Vizinhos/PR.</p> <p>Neste trabalho inclui-se a identificação de todas as atividades econômicas vinculadas as empresas localizadas no município.</p> <p>a) Planilha com CPFs cadastrados no Ente Municipal, CPFs esses que se enquadram como contribuintes individuais, contendo as seguintes informações essenciais: CPF, código do cadastro no município, nome, razão social, endereço completo, CEP, e situação do registro;</p> <p>b) Tabela contendo todas as empresas com sede no município referenciado, que não possuam devido cadastro no seu sistema de controle e que estejam com a situação ativa no cadastro da Receita Federal do Brasil - RFB, abrangendo informações como: CNPJ, razão social, nome fantasia, endereço completo, CEP, situação cadastral, data de abertura, cidade, UF, enquadramento no SIMPLES NACIONAL/SIMEI, CNAE Principal e Subjacentes (atividades secundárias);</p> <p>c) Planilha que abranja todas as empresas que possuem cadastro no sistema municipal, independentemente da situação cadastral na RFB com os seguintes dados, CNPJ, razão social, nome fantasia, endereço completo, CEP,</p>	1	UN	9.249,36	9.249,36



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

		situação cadastral, data de abertura, cidade, UF, enquadramento no SIMPLES NACIONAL/SIMEI, CNAE Principal e Subjacentes (atividades secundárias); d) Planilhas comparativas e análise dos dados, orientação para regularização das situações levantadas.				
6	38422	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO À FISCALIZAÇÃO Treinamento e Capacitação à Fiscalização: A contratada deverá ofertar treinamento e capacitação dos servidores que compõem o Departamento de Tributação e Fiscalização, através de encontros presenciais, sendo no mínimo 80(oitenta) horas presenciais e atendimento a distância sempre que necessário, com abrangência dos seguintes temas tributários: a) definição dos poderes, deveres e limites legais do agente fiscal do Município; b) sistema tributário nacional, estadual e municipal; c) princípios constitucionais tributários; d) inovações trazidas no imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN; e) processo administrativo fiscal: passo a passo; f) aspectos importantes visando a segurança jurídica das decisões administrativas prolatadas nas impugnações e recursos administrativos nos processos de fiscalização; g) Simples Nacional: procedimentos de acompanhamento e fiscalização pelo Município; h) rotinas permanentes de verificação e fiscalização dos dados informados pelos contribuintes de ISSQN enquadrados no Simples Nacional;	1,00	UN	32.215,27	32.215,27
7	38423	DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO Diagnóstico do	1	UN	12.758,55	12.758,55



		Sistema de Fiscalização: a) análise da regularidade funcional dos agentes fiscais sob o aspecto legal; b) diagnóstico das rotinas aplicadas no Departamento de Tributação e Fiscalização com vistas ao controle da arrecadação e eficiência na fiscalização dos tributos de competência municipal; c) diagnóstico do nível de conhecimento dos agentes fiscais e dimensionamento da necessidade de treinamento; d) direcionamento da equipe para a resolução de deficiências apontadas pelo TCE no PAF 2017.				
TOTAL						120.246,90

5 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. Constituir-se-ão obrigações da CONTRATADA as seguintes, para a totalidade dos serviços:

1 - Tratar as questões inerentes ao serviço com o fiscal do contrato, através do(s) responsável(is) técnico(s), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal do contrato, a não ser por iniciativa deste último;

2 - Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus, nos termos do art. 70 da Lei nº. 8.666/1993;

3 - Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Município ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;

4 - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações determinadas no Processo Licitatório, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos/acessórios disponibilizados;

5- Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

- a) Executar o objeto de acordo com as orientações do fiscal do contrato;
- b) Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade do produto ou serviço;



c) Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à contratada o direito de indenização;

d) Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

6 - Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

6 – DA EXECUÇÃO

6.1. Da Execução: O objeto desta licitação deverá ser iniciado imediatamente após a assinatura do contrato, devendo estar à disposição do município para atendimento em horário de expediente.

6.2. A proponente vencedora deverá disponibilizar contatos para atendimento via e-mail, telefone e de forma presencial, quando requisitado por esta municipalidade, com atendimento em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis.

6.3. As despesas com locomoção dos profissionais, bem como as despesas de alimentação ficaram a cargo da empresa vencedora (Contratada).

6.4. 1) Do escopo dos trabalhos – organização e responsabilidades:

a) A prestação dos serviços deverá ser desenvolvida pela equipe técnica da empresa Contratada, que deverá contar com profissionais da área jurídica, economia, contabilidade e engenharia civil e/ou arquitetura e serão acompanhados pelo grupo técnico de profissionais da administração municipal, sendo advogados, procuradores, contador, fiscais tributários entre outros profissionais indicados pelo Prefeito Municipal, vinculados diretamente com as atividades a serem desenvolvidas.

b) A Contratante designará uma equipe técnica para acompanhar todas as fases dos trabalhos, sendo: disponibilização de documentos, diagnóstico situacional, discussões técnicas e proposta de adequação da legislação.

a) 2) Da assessoria externa – Empresa Contratada:

a) Elaborar o diagnóstico situacional, identificando os dispositivos passíveis de atualização do Código Tributário Municipal.

b) Estudo e análise das proposições de alterações com a equipe Tributária e Jurídica da Administração Municipal.

c) Coordenar e propor as alterações necessárias, visando adequação do Código Tributário Municipal às modernas práticas de Gestão e a legislação vigente.

d) Elaboração da Minuta do Projeto de Lei com as alterações necessárias.

e) Apresentação do Projeto de Lei Complementar do Código Tributário Municipal atualizado para fins de apreciação e aprovação no Poder legislativo;

f) Deverão ser realizadas, no mínimo, 20(vinte) reuniões, sendo 120 (cento e vinte) horas, com a equipe municipal para discutir o Código Tributário Municipal.



g) Capacitar e treinar a equipe de servidores do Setor Tributário (fiscais e outros agentes), com vistas a aprimorar o processo de fiscalização dos tributos municipais, com a implementação de um programa de treinamento à fiscalização, abrangendo poderes, deveres, limites legais, e aspectos relevantes na condução dos processos administrativos de fiscalização.

h) De forma presencial, com a presença de no mínimo 2 (dois) integrantes da equipe da empresa.

i) Nas reuniões presenciais deverão estar presentes no mínimo 50% (cinquenta por cento) da equipe designada pelo Município, através de Portaria, para acompanhar e discutir os assuntos.

6.6. 3) Etapas de prestação dos serviços:

3.1 - Análise Situacional - Levantamento e Diagnóstico da Legislação Tributária Municipal

- a) análise da legislação tributária municipal, identificando lacunas jurídicas;
- b) coordenar e assessorar os trabalhos com os técnicos municipais da área tributária, fiscais de tributos, procuradores, assessores, Secretário Municipal de Finanças;
- c) formular diagnóstico e propor a equipe soluções técnicas e jurídicas para solucionar as dificuldades na aplicação da legislação tributária, o qual servirá de base para a definição das políticas tributárias e atualização da legislação;
- d) atualização da planta genérica de valores dos imóveis componentes da base de dados do IPTU.

3.2. - Análise das políticas tributárias municipais Análise das políticas tributárias municipais, tais como: adequação a legislação vigente, alíquotas dos impostos, política de isenções e incentivos, tratamento da pequena empresa, parcelamento de débitos tributários e demais aspectos tributários.

6.7. 4) Elaboração da Minuta do Projeto de Lei Complementar:

- a) A minuta do Projeto de Lei Complementar do Código Tributário Municipal deverá estar em consonância com as normas legais de hierarquia superior e deverá pautar-se nas seguintes diretrizes mestras conforme disposto abaixo:
- b) Compilação e consolidação da legislação tributária municipal;
- c) Estabelecimento de normas gerais relativas à gestão tributária de todos os tributos, vigência, aplicação e interpretação da legislação;
- d) Obrigação tributária: obrigação principal e acessória, o sujeito ativo e o sujeito passivo, a capacidade e a responsabilidade tributárias, o domicílio tributário;
- e) Crédito tributário: sua constituição, modalidades de lançamento, causas de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário;
- f) Administração tributária: fiscalização, infrações e penalidades, dívida ativa, certidões;



- g) Contencioso tributário: a impugnação e o julgamento administrativo;
- h) Obrigações acessórias: revisão das obrigações acessórias vigentes e normatização das novas regras, conforme a necessidade;
- i) Tributos Municipais em espécie (impostos, taxas e contribuições): estabelecer em relação a cada um deles o fato gerador, o sujeito passivo/responsável tributário, a incidência/não incidência, isenções e bases de cálculo, lançamento e alíquotas, planta genérica de valores;
- j) Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempresário Individual;
- k) Nota Fiscal Eletrônica;
- l) Lei da Liberdade Econômica;
- m) Demais legislações vigentes bem como decisões sumuladas pelo STJ e STF.

6.8. 5) Acompanhamento do Processo Legislativo de aprovação da Lei Complementar:

- a) A Contratada deverá assessorar o Município durante o processo legislativo, analisando as eventuais emendas propostas, dando assim suporte para a aceitação ou rejeição das mesmas.
- b) A contratada deverá oferecer apoio técnico até que o projeto seja transformado em lei.
- c) Sancionado e publicado o Código Tributário Municipal atualizado, deverá a Contratada elaborar a redação de Projeto de Decreto para o fim de regulamentar as questões que necessitam melhor detalhamento para a sua aplicação, bem como abrangendo todas as matérias que o texto da lei tenha reservado ao regulamento.
- d) O projeto de Decreto também deverá ser discutido pela equipe de técnicos com vistas à análise crítica e adequação das normas.

6.9. 6) Identificação das Empresas Cadastradas na Receita Federal do Brasil e sem cadastro no município de Dois Vizinhos/PR.

- a) Neste trabalho inclui-se a identificação de todas as atividades econômicas vinculadas as empresas localizadas no município.
- b) Planilha com CPFs cadastrados no Ente Municipal, CPFs esses que se enquadram como contribuintes individuais, contendo as seguintes informações essenciais: CPF, código do cadastro no município, nome, razão social, endereço completo, CEP, e situação do registro;
- c) Tabela contendo todas as empresas com sede no município referenciado, que não possuam devido cadastro no seu sistema de controle e que estejam com a situação ativa no cadastro da Receita Federal do Brasil - RFB, abrangendo informações como: CNPJ, razão social, nome fantasia, endereço completo, CEP,



situação cadastral, data de abertura, cidade, UF, enquadramento no SIMPLES NACIONAL/SIMEI, CNAE Principal e Subjacentes (atividades secundárias);

d) Planilha que abranja todas as empresas que possuem cadastro no sistema municipal, independentemente da situação cadastral na RFB com os seguintes dados, CNPJ, razão social, nome fantasia, endereço completo, CEP, situação cadastral, data de abertura, cidade, UF, enquadramento no SIMPLES NACIONAL/SIMEI, CNAE Principal e Subjacentes (atividades secundárias);

e) Planilhas comparativas e análise dos dados, orientação para regularização das situações levantadas.

6.10. 7) Treinamento e Capacitação à Fiscalização:

A contratada deverá ofertar treinamento e capacitação dos servidores que compõem o Departamento de Tributação e Fiscalização, através de encontros presenciais, sendo no mínimo 80 (oitenta) horas presenciais e atendimento a distância sempre que necessário, com abrangência dos seguintes temas tributários:

- a) definição dos poderes, deveres e limites legais do agente fiscal do Município;
- b) sistema tributário nacional, estadual e municipal;
- c) princípios constitucionais tributários;
- d) inovações trazidas no imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN;
- e) processo administrativo fiscal: passo a passo;
- f) aspectos importantes visando a segurança jurídica das decisões administrativas prolatadas nas impugnações e recursos administrativos nos processos de fiscalização;
- g) Simples Nacional: procedimentos de acompanhamento e fiscalização pelo Município;
- h) rotinas permanentes de verificação e fiscalização dos dados informados pelos contribuintes de ISSQN enquadrados no Simples Nacional;

6.11. 8) Diagnóstico do Sistema de Fiscalização:

- a) análise da regularidade funcional dos agentes fiscais sob o aspecto legal;
- b) diagnóstico das rotinas aplicadas no Departamento de Tributação e Fiscalização com vistas ao controle da arrecadação e eficiência na fiscalização dos tributos de competência municipal;
- c) diagnóstico do nível de conhecimento dos agentes fiscais e dimensionamento da necessidade de treinamento;
- d) direcionamento da equipe para a resolução de deficiências apontadas pelo TCE no PAF 2017.

6.12. 9) Notas Relevantes:



- a) Todo trabalho de discussão é feito “in loco” com a equipe do município;
- b) Análise de todos os tributos individualmente, em especial a adequação da Planta Genérica no caso do IPTU;
- c) Cálculos e análise das taxas, buscando o equilíbrio financeiro;
- d) Reestruturação do processo fiscal;
- e) Treinamento da equipe que irá atuar na aplicação do Código Tributário Municipal;
- f) Os trabalhos deverão ser realizados na Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, conforme cronograma a ser definido pelo setor responsável.

7 - DAS RESTRIÇÕES

7.1. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ou ainda;
- d) que estejam sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.
- e) Não possuir registro impeditivo da contratação:
 - a) no SICAF,
 - b) no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (<https://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>) e
 - c) no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e
 - d) no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCEPR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>)
 - e) Consulta ao CNEP de empresas com penalidades aplicadas (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>)



f) Caso haja algum registro impeditivo, o licitante será excluído do certame;

8 - FASES DA LICITAÇÃO

8.1. Esta licitação será realizada em três fases, sendo:

- *a 1ª (primeira) de Habilitação,
- *a 2ª (segunda) de Proposta Técnica e
- *a 3ª (terceira) Proposta Financeira.

8.2. Todos os documentos deverão ser entregues em envelopes, fechados e indevassáveis, devidamente identificados.

9 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

9.1. Os envelopes contendo os documentos relativos às fases desta licitação terão a seguinte apresentação (endereçamento):

a) ENVELOPE DE HABILITAÇÃO:

HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 01
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS
TOMADA DE PREÇOS Nº: 004/2022
CNPJ nº

b) ENVELOPE DA PROPOSTA TÉCNICA

PROPOSTA TÉCNICA – ENVELOPE Nº 02
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS
TOMADA DE PREÇOS Nº: 004/2022
CNPJ nº

c) ENVELOPE DA PROPOSTA FINANCEIRA:

PROPOSTA FINANCEIRA – ENVELOPE Nº 03
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS
TOMADA DE PREÇOS Nº: 004/2022
CNPJ nº

10 - FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar, dentro do **ENVELOPE Nº 01**, os seguintes documentos dentro dos respectivos prazos de validade:

10.1.1 **SICAF** em plena validade ou **Certificado de Registro Cadastral**, emitido pela Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, em plena validade. A listagem dos documentos necessários ao cadastro poderá ser obtida no endereço eletrônico www.doisvizinhos.pr.gov.br, na guia Licitações e Propostas, Chamamento 001/2022.

10.1.2 **Declaração Unificada** (conforme modelo – Anexo IV);

Outros Documentos – Fora do Envelope 1

10.1.6 **Termo de Renúncia** (caso a empresa queira renunciar o direito ao prazo recursal), devidamente preenchido, carimbado e assinado pelo responsável legal da proponente - conforme modelo **ANEXO II**.



Obs: Todos os documentos impressos devem preferencialmente ser em papel reciclável.

10.2. DISPOSIÇÕES GERAIS REFERENTES AOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA PARTICIPAÇÃO:

10.2.1. Aos interessados em participar no certame licitatório fica exigido o cadastramento ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, nos termos do §2º do art. 22 da 8.666/93.

10.2.2. Tanto para o SICAF quanto para o Certificado de Registro Cadastral estes serão válidos se todos os documentos ali elencados estiverem com suas validades vigentes, caso não esteja, será necessário apresentar a documentação atualizada, acompanhando o SICAF ou Certificado de Registro Cadastral, inseridas dentro do Envelope n.º 01, no ato de abertura da licitação.

10.2.3. As negativas que não apresentarem em seu teor, a data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidos até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública desta Tomada de Preços.

10.2.4. O TERMO DE RENÚNCIA – Anexo II poderá ser anexado ao envelope n.º 01 juntamente com a documentação exigida neste instrumento ou ser entregue durante a sessão de abertura quando solicitado pela comissão permanente de licitação.

10.2.5. A comissão de licitações consultará o cadastro de fornecedores da Prefeitura de Dois Vizinhos, sempre que o licitante houver deixado de apresentar ou houver dúvidas sobre qualquer documento exigido no edital. Se o documento encontrar-se no cadastro e estiver apto, o licitante será considerado habilitado.

10.2.6. Se o **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome;

10.2.6.1. Se o **licitante** for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto àqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e com o CNPJ da filial.

10.2.7. Todos os documentos solicitados neste edital deverão ser apresentados em original ou por cópias xerográficas devidamente autenticadas, por cartório ou servidor público municipal, e estarem em plena validade até a data de abertura da licitação.

10.2.8. Não serão aceitos documentos que contenham corretivos, que estejam ilegíveis, com borrões e rasuras. A proponente poderá ser inabilitada ou desclassificada do certame.

11 - PROPOSTA TÉCNICA - EQUIPE TÉCNICA E REQUISITOS OBRIGATÓRIOS

11.1. Deverão constar na PROPOSTA TÉCNICA – **ENVELOPE Nº 02** os seguintes elementos:



11.1.1 Certificado de Registro da empresa ou Inscrição no CORECON – Conselho Regional de Economia, em plena vigência, conforme Art. 30, Inciso I da Lei 8.666/93;

11.1.2 Certificado de Registro da empresa no CRC – Conselho Regional de Contabilidade, em plena vigência, conforme Art. 30, Inciso I da Lei 8.666/93, bem como comprovação do responsável técnico perante o(s) órgão(s);

11.1.3 Certificado de Registro da empresa no CRA – Conselho Regional de Administração, em plena vigência, conforme Art. 30, Inciso I da Lei 8.666/93, bem como comprovação do responsável técnico perante o(s) órgão(s);

11.1.4 Comprovação de que a empresa possui no quadro societário ou que componha na composição da equipe com vínculo empregatício, ou por meio de contrato de prestação de serviços:

- a) Advogado, com especialização em Direito Administrativo, com comprovação de inscrição na OAB;
- b) Advogado, com especialização em Direito Tributário, com comprovação de inscrição na OAB;
- c) Advogado, com especialização Gestão Tributária, com comprovação de inscrição na OAB;
- d) Contador, com especialização em controladoria, auditoria contábil e planejamento, com comprovação de inscrição no CRC;
- e) Contador, com especialização em finanças e controladoria, com comprovação de inscrição no CRC;
- f) Contador, com especialização em Gestão Tributária, financeira e controladoria, com comprovação de inscrição no CRC;
- g) Economista, com comprovação de inscrição na CORECON;
- h) Administrador, com especialização em controladoria e finanças, com comprovação de inscrição no CRA;
- i) Engenheiro Civil e/ou Arquiteto com comprovação de inscrição no CREA e/ou CAU;

Obs: Todos os profissionais deverão comprovar registro e regularidade nos respectivos órgãos de classe, podendo o profissional apresentar mais de uma titulação e vínculo profissional com a empresa.

11.1.5 Apresentação de, no mínimo 1 (um) atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público declarando que a empresa prestou de serviços idênticos ou similares aos constantes no objeto deste certame, devidamente registrados no órgão de classe.

Obs. 01 - O atestado deverá conter o detalhamento técnico dos serviços prestados, ou que por simples verificação possam comprovar a execução de serviços similares.

Obs. 02 - Serão aceitos atestados que contemplem a execução parcial do objeto, desde que somados compreendam a sua totalidade, sendo que nestes casos os atestados somados terão a mesma pontuação de um atestado integral.

11.1.5 Declaração de que a empresa proponente se compromete a fornecer capacitação e treinamento aos fiscais de tributos e servidores da área tributária, sempre que se fizer necessário, para complementação de informações, levando em



consideração os prazos dos processos fiscais, atendendo solicitação do município, de forma presencial, conforme modelo ANEXO VI.

11.1.6 Atestado de Visita Técnica, com a devida identificação e qualificação do Responsável Técnico da empresa, contendo o carimbo e assinatura da Secretaria Municipal de Finanças a qual certificará que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para cumprimento das obrigações objeto da licitação. A visita é necessária sendo imprescindível o conhecimento das particularidades e complexidade do objeto.

11.2. A definição dos pontos da proposta técnica da proponente será feita através do somatório das pontuações, respeitando-se os limites de pontuação máxima, atribuída de acordo com os itens constantes do Anexo - Pontuação Técnica.

11.3. A Pontuação técnica será efetuada pela Comissão Técnica nomeada para este processo no dia da abertura do certame.

11.4. Cada item será analisado e será atribuída pontuação de zero ao máximo definido para cada quesito conforme Análise Técnica. Será desclassificada a proposta que não atingir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de pontos em qualquer dos Itens "A" e "B".

11.5. A proponente deverá apresentar relação nominal dos componentes da equipe técnica que estarão envolvidos no planejamento, elaboração e realização do objeto deste edital, acompanhadas dos currículos sintetizados dos respectivos profissionais, os quais deverão conter identificação, formação acadêmica exigida, contendo no máximo 3 (três) folhas de papel a4.

11.6. A proponente deverá apresentar cópia de documentos comprobatórios dos títulos pontuados.

11.7. É necessário que a empresa possua ao menos um profissional em cada uma das especialidades presentes na Qualificação Técnica.

11.8. DA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICA

Obtida a Pontuação Técnica (PT) de cada um dos sistemas propostos será efetuado o cálculo da Nota Técnica (NT), aplicando-se a seguinte fórmula:

NT = (NTA / MNTA) x 100, onde:

NT = Nota técnica

NTA = Nota Técnica a ser analisada

MNTA = Melhor Nota Técnica Apresentada

11.9. Termo de Renúncia (caso a empresa queira renunciar o direito ao prazo recursal), conforme modelo anexo, devidamente preenchido, carimbado e assinado pelo responsável legal da proponente - **ANEXO II**.

11.10. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do artigo 3º da Lei 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.



11.11. Os serviços serão submetidos à apreciação de uma Comissão Técnica de Avaliação, indicada e nomeada exclusivamente para esta finalidade, composta por funcionários da Prefeitura Municipal e/ou de suas secretarias devidamente qualificados e das áreas afins, tem a finalidade de analisar todas as respostas assinaladas no questionário das especificações técnicas exigidas, integrantes do Anexo de pontuação técnica deste edital.

11.12. A Comissão Técnica promoverá a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

11.13. Quando todos os licitantes tiverem suas propostas desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para uma nova demonstração técnica.

11.14. O resultado do julgamento da PROPOSTA TÉCNICA será repassado a Comissão de Licitações após o encerramento desta fase dos trabalhos, o que poderá ocorrer na mesma data da abertura dos respectivos envelopes da proposta de preços ou em nova data, a ser definida pela Comissão de Licitações.

11.15. Em cada fase do julgamento, é direito da Comissão, bem como da Autoridade Superior, realizar diligências visando esclarecimentos sobre a documentação e as propostas e ainda, realizar tantas sessões quantas forem necessárias.

11.16. Ao término de cada sessão a Comissão lavrará ata específica, na qual constarão registros da documentação e propostas recebidas e abertas, as propostas não abertas e devolvidas, as decisões proferidas no momento e demais ocorrências da reunião, devendo o mesmo ser assinada pelos presentes, ou seja, os representantes legais das proponentes, pela Comissão Técnica e pela Comissão Permanente de Licitações presentes.

11.17. Encerrada cada fase, somente se passará a fase seguinte depois de decorrido o prazo recursal, ou após o julgamento de eventual recurso, ou ainda, havendo renúncia expressa do direito de recurso.

12 - PROPOSTA FINANCEIRA

12.1. No **ENVELOPE Nº 03**, deverá constar os seguintes documentos impressos:

12.2. Deverão estar consignados na especificação detalhada do objeto, de acordo com as exigências constantes do edital e anexos, atendendo aos seguintes requisitos:

- a) dados cadastrais completos;
- b) indicação obrigatória de preço unitário expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso;
- c) indicação do representante legal que firma a proposta e sua assinatura;

12.3. Juntamente com a proposta de preços as licitantes deverão apresentar declaração, que os preços expressos na proposta apresentada contemplam os preços compatíveis aos praticados no mercado local/regional atualmente.



12.4. As Empresas licitantes deverão cotar preço Unitário sendo que deverá computar, no preço que ofertar, todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes das legislações trabalhista, fiscal e previdenciária a que se sujeita.

12.5. O preço Unitário ofertado deverá ser equivalente ao praticado no mercado, na data da apresentação da proposta.

12.6. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da sua apresentação.

12.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital.

12.8. A apresentação da proposta implicará, por si só, na aceitação tácita de todas as cláusulas deste edital e dos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e da Lei Federal nº 8.666/93 no que couber, e demais normas suplementares aplicáveis.

12.9. DA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Tendo a comissão analisado os valores, classificará os participantes quanto a sua nota de preços, sendo:

$NP = (MP / PPA) \times 100$, onde:

NP = Nota de Preço

MP = Menor Preço das Propostas Financeiras apresentadas

PPA= Preço da Proposta

12.10. Termo de Renúncia (caso a empresa queira renunciar o direito ao prazo recursal), conforme modelo anexo, devidamente preenchido, carimbado e assinado pelo responsável legal da proponente - **ANEXO II**.

13 - DO CREDENCIAMENTO

13.1. Para o credenciamento - Se procurador: Instrumento público ou particular de procuração este último poderá ser substituído pela Carta de Credenciamento, substitui a exigibilidade de uma procuração), deverá estar devidamente assinada pelo responsável legal da empresa, devendo constar o nome da empresa outorgante e também o nome do outorgado, constando ainda a indicação de amplos poderes, juntamente com o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, o credenciado deverá apresentar-se munido do documento oficial de identificação.

13.1.1. Será admitido apenas um representante por empresa, o qual deverá estar munido de cédula de identidade, bem como somente se **admitirá representar uma licitante**.

13.2. Caso a credencial não tenha sido assinada por sócio-gerente ou diretor da empresa, identificado no CRC (Certificado de Registro Cadastral) ou no Ato Constitutivo, a mesma deverá vir acompanhada de procuração que conceda poderes ao signatário da Credencial.



13.3. A ausência de credencial ou procuração não é motivo para inabilitar a licitante, todavia, impede a manifestação do representante não credenciado no curso do processo licitatório.

13.4. A **Carta de Credenciamento**, deverá ser entregue à comissão de licitação no ato de entrega dos envelopes contendo as documentações e propostas, ou ainda no momento da abertura do certame licitatório, para que o responsável citado no credenciamento possa acompanhar o processo de classificação e julgamento.

14 - DO PROCEDIMENTO

14.1. Os envelopes de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta Financeira serão recebidos no Departamento de Licitações, da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, no dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste edital.

14.2. Recebidos os envelopes, na data e horário aprazado, a Comissão de Licitação passará a fase de habilitação;

14.3. Após a abertura dos envelopes referentes à documentação, cada um dos documentos será rubricado pela Comissão e pelos licitantes presentes.

14.4. Posteriormente ao aludido nos itens acima, a Comissão, se possível, decidirá sobre a habilitação dos concorrentes, caso contrário, analisará os documentos e do resultado, será dada ciência aos interessados através de publicação no Órgão Oficial do Município, também podendo ser utilizado a comunicação com os interessados via e-mail.

14.5. Em caso de inabilitação, o licitante terá o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação ou da lavratura da ata ou da publicação do ato.

14.6. Ocorrendo qualquer incidente que importe em recurso, após a abertura dos envelopes da fase de habilitação, até o julgamento do mesmo, os envelopes contendo os documentos de Proposta Técnica e Proposta Financeira serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes, os quais ficarão mantidos fechados, sob a guarda do(a) Presidente da comissão.

14.7. Ao declarado inabilitado, serão devolvidos fechados os envelopes referentes à Proposta Técnica e Financeira, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

14.8. Em qualquer fase desta licitação, havendo a renúncia expressa de todos os licitantes quanto ao direito de recurso nos termos do Artigo 109 da Lei n.º 8.666/93, a mesma poderá prosseguir com a prática dos atos subsequentes.

14.9. Após a fase de habilitação, a Comissão abrirá e apreciará o conteúdo dos envelopes atinentes as Propostas Técnicas e Financeiras dos licitantes habilitados, rubricando, juntamente com os presentes, cada uma das folhas apresentadas.

14.10. Após a primeira fase (habilitação) não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, devidamente formalizado e aceito pela Comissão.



14.11. Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes, procedida à abertura dos demais envelopes, não caberá desclassificação por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fato superveniente e aceito pela Comissão.

15 - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

15.1. Respeitados todos os tramites serão confeccionadas as notas:

15.2. Será considerada vencedora a licitante que atender a todas as condições do Edital e obtiver a maior pontuação apurada pela Nota Final (NF), de acordo com a seguinte fórmula:

$NF = (NT \times 6) + (NP \times 4)$ onde:

NF = Nota Final

NT = Nota Técnica

6,0 = peso da Nota Técnica

NP = Nota de Preço

4,0 = peso da Nota de Preço

15.3. Havendo empate na nota final será considerada a vencedora a empresa que tiver melhor pontuação técnica.

15.4. Será considerada vencedora a licitante que atender a todas as condições do Edital e obtiver a maior pontuação apurada pela Nota Final (NF) definida acima.

16 - DO JULGAMENTO

16.1. O julgamento da presente licitação compreenderá três fases distintas:

*a primeira que se iniciará com a abertura do Envelope de n.º 01, relativo aos documentos de habilitação e;

*a segunda que se iniciará, com a abertura do Envelope de n.º 02, contendo as propostas técnicas e;

*após com a abertura do Envelope de n.º 03, contendo as propostas financeiras.

16.2. Para julgamento das propostas poderá a Comissão solicitar pareceres técnicos das áreas pertinentes, efetuar vistorias às instalações dos licitantes, acompanhado de técnicos sendo a verificação a seu exclusivo critério, ou outras diligências julgadas necessárias.

16.3. Poderá a Administração conceder prazo conforme estabelecido no art. 48, § 3º da Lei 8.666/93 e alterações, quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas.

16.4. Em caso de inabilitação de todos os licitantes ou todas as propostas forem desclassificadas a Administração fixará novo prazo para apresentação de documentação na forma do inciso 3º, do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93.

17 - DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

17.1. Havendo empate na nota final, será considerada a vencedora a empresa que tiver melhor pontuação técnica.

17.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do artigo 3º da Lei 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por



sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

18 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1. Dos atos da Administração decorrentes do procedimento licitatório cabem os recursos previstos no artigo 109 da Lei 8.666/93.

18.2. Os recursos devem observar os seguintes requisitos:

a) serem devidamente fundamentados;

b) conter a assinatura do Representante Legal da recorrente ou de seu procurador devidamente habilitado;

c) serem protocolados diretamente à Comissão Permanente de Licitações, dentro do prazo legal;

d) O recurso poderá ser protocolado no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos ou enviado pelo endereço: planejamento@doisvizinhos.pr.gov.br e dirigido ao(a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** da data da respectiva intimação.

18.3. Os requisitos constantes no item acima também serão aplicados aos pedidos de esclarecimentos e impugnações feitas ao edital.

19 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1. Encerrada a fase de julgamento, a Comissão classificará a proposta mais vantajosa do objeto ao licitante vencedor e encaminhará o processo ao senhor Prefeito Municipal para que o homologue e adjudique.

19.2. O Prefeito se reserva ao direito de, a qualquer tempo, revogar ou anular o presente processo licitatório, por razões de interesse público advindas de fato superveniente devidamente comprovado ou por atos ilegais durante o procedimento Licitatório.

20 - DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

20.1. Esgotados os prazos e as instâncias recursais na forma do Artigo 109 da Lei régia, o licitante cuja proposta foi homologada como vencedora, será convocado para celebrar o contrato que integra esta licitação, mediante comunicação expressa, devendo fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data em que receber a comunicação.

20.2. Nos termos do inciso 2º do art. 64 da Lei 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado se recusar a assinar o contrato ou retirar o documento equivalente, no prazo estabelecido, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação, independentemente da combinação estabelecida pelo art. 81 da legislação citada.



20.3. Ao vencedor do certame que se recusar a assinar contrato, serão aplicadas as sanções legais cabíveis, de acordo com o artigo 81 da Lei 8.666/93.

20.4. O Contrato celebrado a partir desta licitação, em caso de inexecução total ou parcial, poderá ser rescindido com base no artigo 77 e de acordo com o Artigo 78 e seguintes da Lei 8.666/93, a critério da Administração.

21 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

21.1. A gestão e acompanhamento do contrato é de responsabilidade da(o) Sr(a). Vilmar Possato Duarte.

21.2. A fiscalização da execução do contrato será realizada nos termos da Lei 8.666/93, a responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços será (o)a Sr(a). Marcelo Dal Molin, sendo nomeado(a) como suplente (o)a Sr(a). Dione Luiz da Silva.

22 - DOS VALORES, PAGAMENTOS e REAJUSTE

22.1. O valor máximo da licitação será de **R\$ 120.246,90 (cento e vinte mil, duzentos e quarenta e seis reais e noventa centavos)**.

22.2. O pagamento será efetuado através do Departamento Financeiro da PREFEITURA MUNICIPAL em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceitação da nota fiscal pelo Departamento de Compras.

Deverá constar na Nota Fiscal:

1. Número Licitação;
2. Número Contrato;
3. Número Aditivo/apostilamento (se houver);
4. Recebimento conforme Decreto que nomeia os fiscais dos contratos firmados pela Administração Municipal;
5. Especificar (emitir relatório de local onde foi destinado);
6. Anexos para todas as notas: Todas as negativas fiscais mais CNDT.

22.3. A data para entrega das Notas Fiscais será até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, após esta data, deverão ser encaminhadas a partir do primeiro dia útil do mês subsequente.

22.4. Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva do CONTRATANTE, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação "pro rata tempore" do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

22.5. A licitante vencedora deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, possuindo somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC. O custo atual é variável, sendo o valor máximo de R\$ 11,00 (onze reais) por operação.

22.6. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contados a partir da data limite para apresentação da proposta (será considerada a data da abertura da licitação), pela variação do IPCA.



22.7. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

23 - DOS PRAZOS

23.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, com início a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite legal.

24 - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

24.1 Efetuar o pagamento ajustado.

24.2 Dar à CONTRATADA as condições necessárias a garantir execução do contrato.

25 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

25.1. As despesas resultantes desta licitação correrão por conta de dotação orçamentária própria.

DOTAÇÃO			
Exercício da Despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Destinação de recurso
2022	01870	06.001.04.122.0003.2025	00000

26 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a administração municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto registrado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à prefeitura do município, e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na lei nº 8.666/93;

IV - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

V - A licitante vencedora que deixar de celebrar o contrato, não mantiver sua proposta, deixar de entregar documentação necessária ou apresentar documentação falsa exigidas em todas as fases contratuais, ensejar o retardamento da execução do certame, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública e, será descredenciado junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato e das demais cominações legais;



26.2. As sanções previstas nos incisos "I e V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II a IV, facultada a defesa prévia do licitante, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

26.3. A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela prefeitura do município de Dois Vizinhos ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

26.4. A critério da administração municipal, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega dos materiais for devidamente justificado pela empresa detentora do registro de preços, por escrito, no prazo máximo até 5 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela prefeitura do município de Dois Vizinhos, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

26.5. Com fundamento no artigo 154 da lei estadual n.º 15.608/2007, será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração ao licitante que:

I) Se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

II) Não mantiver a sua proposta.

26.6. Caberá multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar justificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a prefeitura do município de Dois Vizinhos, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

26.7. Além das já especificadas neste instrumento sujeitam-se a contratada inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da lei federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no código de defesa do consumidor - Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90;

26.8. Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a contratada apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

27. CONDOTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

27.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 16480 de 30 de julho de 2020.

27.2. Art. 4º Constituem atos lesivos à administração pública, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas neste Decreto, que atentem contra o patrimônio



público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

27.3. Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental: A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

28 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. Esta licitação poderá ser revogada ou anulada, nos termos do artigo 49 da Lei Régia.

28.2. Não serão admitidas nesta licitação empresas que estiverem impedidas de licitar.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

27.3. A apresentação de proposta significa a aceitação dos termos desta licitação e vincula as partes nos termos do diploma jurídico que a rege.

27.4. Os documentos dos licitantes inabilitados e não retirados no prazo de 30 (trinta) dias serão inutilizados.

27.5. Esta licitação será processada e julgada com a observância do contido na Lei Federal 8.666/93.

27.6. Este Edital está à disposição dos interessados no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, situada na Avenida Rio Grande do Sul, 130 - centro, na cidade de Dois Vizinhos, telefone (46) 3536 8837, também no site www.doisvizinhos.pr.gov.br.

Dois Vizinhos - PR, 21 de março de 2022.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Bianca Cristina Schreiber
Presidente



ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

MEMORIAL DESCRITIVO

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA VISANDO A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA COM VISTAS A FOMENTAR A ARRECADAÇÃO MUNICIPAL, ATRAVÉS DO APERFEIÇOAMENTO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, COM A REVISÃO, COMPILAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, INCLUINDO TREINAMENTO DA EQUIPE DE AGENTES E FISCAIS DO SETOR TRIBUTÁRIO DE ACORDO COM OS ACHADOS E O QUADRO DE RECOMENDAÇÕES NOS PLANOS ANUAIS DE FISCALIZAÇÃO 2017 A 2021 E AUTUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – TCE.

1) Do escopo dos trabalhos – organização e responsabilidades:

A prestação dos serviços deverá ser desenvolvida pela equipe técnica da empresa Contratada, que deverá contar com profissionais da área jurídica, economia, administrativa, contabilidade e engenharia civil e/ou arquitetura e serão acompanhados pelo grupo técnico de profissionais da administração municipal, sendo advogados, procuradores, contador, fiscais tributários entre outros profissionais indicados pelo Prefeito Municipal, vinculados diretamente com as atividades a serem desenvolvidas.

A Contratante designará uma equipe técnica para acompanhar todas as fases dos trabalhos, sendo: disponibilização de documentos, diagnóstico situacional, discussões técnicas e proposta de adequação da legislação.

2) Da assessoria externa – Empresa Contratada

- a) Elaborar o diagnóstico situacional, identificando os dispositivos passíveis de atualização do Código Tributário Municipal.
- b) Estudo e análise das proposições de alterações com a equipe Tributária e Jurídica da Administração Municipal.
- c) Coordenar e propor as alterações necessárias, visando adequação do Código Tributário Municipal às modernas práticas de Gestão e a legislação vigente.
- d) Elaboração da Minuta do Projeto de Lei com as alterações necessárias.
- e) Apresentação do Projeto de Lei Complementar do Código Tributário Municipal atualizado para fins de apreciação e aprovação no Poder legislativo;
- f) Deverão ser realizadas, no mínimo, 20(vinte) reuniões, sendo 120 horas, com a equipe municipal para discutir o Código Tributário Municipal.
- g) Capacitar e treinar a equipe de servidores do Setor Tributário (fiscais e outros agentes), com vistas a aprimorar o processo de fiscalização dos tributos municipais, com a implementação de um programa de treinamento à fiscalização, abrangendo poderes, deveres, limites legais, e aspectos relevantes na condução dos processos administrativos de fiscalização.



- h) De forma presencial, com a presença de no mínimo 02 integrantes da equipe da empresa.
- i) Nas reuniões presenciais deverão estar presentes no mínimo 50% (cinquenta por cento) da equipe designada pelo Município, através de Portaria, para acompanhar e discutir os assuntos.

3) Etapas de prestação dos serviços:

3.1 - Análise Situacional - Levantamento e Diagnóstico da Legislação Tributária Municipal

- a) análise da legislação tributária municipal, identificando lacunas jurídicas;
- b) coordenar e assessorar os trabalhos com os técnicos municipais da área tributária, fiscais de tributos, procuradores, assessores, Secretário Municipal de Finanças;
- c) formular diagnóstico e propor a equipe soluções técnicas e jurídicas para solucionar as dificuldades na aplicação da legislação tributária, o qual servirá de base para a definição das políticas tributárias e atualização da legislação;
- d) atualização da planta genérica de valores dos imóveis componentes da base de dados do IPTU.

3.2. - Análise das políticas tributárias municipais

Análise das políticas tributárias municipais, tais como: adequação a legislação vigente, alíquotas dos impostos, política de isenções e incentivos, tratamento da pequena empresa, parcelamento de débitos tributários e demais aspectos tributários.

4) Elaboração da Minuta do Projeto de Lei Complementar

A minuta do Projeto de Lei Complementar do Código Tributário Municipal deverá estar em consonância com as normas legais de hierarquia superior e deverá pautar-se nas seguintes diretrizes mestras:

- ✓ Compilação e consolidação da legislação tributária municipal;
- ✓ Estabelecimento de normas gerais relativas à gestão tributária de todos os tributos, vigência, aplicação e interpretação da legislação;
- ✓ Obrigação tributária: obrigação principal e acessória, o sujeito ativo e o sujeito passivo, a capacidade e a responsabilidade tributárias, o domicílio tributário;
- ✓ Crédito tributário: sua constituição, modalidades de lançamento, causas de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário;
- ✓ Administração tributária: fiscalização, infrações e penalidades, dívida ativa, certidões;
- ✓ Contencioso tributário: a impugnação e o julgamento administrativo;
- ✓ Obrigações acessórias: revisão das obrigações acessórias vigentes e normatização das novas regras, conforme a necessidade;
- ✓ Tributos Municipais em espécie (impostos, taxas e contribuições): estabelecer em relação a cada um deles o fato gerador, o sujeito passivo/ responsável tributário, a incidência / não incidência, isenções e bases de cálculo, lançamento e alíquotas, planta genérica de valores;
- ✓ Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempresário Individual;
- ✓ Nota Fiscal Eletrônica;
- ✓ Lei da Liberdade Econômica;



- ✓ Demais legislações vigentes bem como decisões sumuladas pelo STJ e STF.

5) Acompanhamento do Processo Legislativo de aprovação da Lei Complementar

A Contratada deverá assessorar o Município durante o processo legislativo, analisando as eventuais emendas propostas, dando assim suporte para a aceitação ou rejeição das mesmas.

A contratada deverá oferecer apoio técnico até que o projeto seja transformado em lei. Sancionado e publicado o Código Tributário Municipal atualizado, deverá a Contratada elaborar a redação de Projeto de Decreto para o fim de regulamentar as questões que necessitam melhor detalhamento para a sua aplicação, bem como abrangendo todas as matérias que o texto da lei tenha reservado ao regulamento. O projeto de Decreto também deverá ser discutido pela equipe de técnicos com vistas à análise crítica e adequação das normas.

6) Identificação das Empresas Cadastradas na Receita Federal do Brasil e sem cadastro no município de Dois Vizinhos/PR. Neste trabalho inclui-se a identificação de todas as atividades econômicas vinculadas as empresas localizadas no município.

- Planilha com CPFs cadastrados no Ente Municipal, CPFs esses que se enquadram como contribuintes individuais, contendo as seguintes informações essenciais: CPF, código do cadastro no município, nome, razão social, endereço completo, CEP, e situação do registro;
- Tabela contendo todas as empresas com sede no município referenciado, que não possuam devido cadastro no seu sistema de controle e que estejam com a situação ativa no cadastro da Receita Federal do Brasil - RFB, abrangendo informações como: CNPJ, razão social, nome fantasia, endereço completo, CEP, situação cadastral, data de abertura, cidade, UF, enquadramento no SIMPLES NACIONAL/SIMEI, CNAE Principal e Subjacentes (atividades secundárias);
- Planilha que abranja todas as empresas que possuem cadastro no sistema municipal, independentemente da situação cadastral na RFB com os seguintes dados, CNPJ, razão social, nome fantasia, endereço completo, CEP, situação cadastral, data de abertura, cidade, UF, enquadramento no SIMPLES NACIONAL/SIMEI, CNAE Principal e Subjacentes (atividades secundárias);
- Planilhas comparativas e análise dos dados, orientação para regularização das situações levantadas.

7) Treinamento e Capacitação à Fiscalização:

A contratada deverá ofertar treinamento e capacitação dos servidores que compõem o Departamento de Tributação e Fiscalização, através de encontros presenciais, sendo no mínimo 80(oitenta) horas presenciais e atendimento a distância sempre que necessário, com abrangência dos seguintes temas tributários:

- a) definição dos poderes, deveres e limites legais do agente fiscal do Município;
- b) sistema tributário nacional, estadual e municipal;
- c) princípios constitucionais tributários;
- d) inovações trazidas no imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN;



- e) processo administrativo fiscal: passo a passo;
- f) aspectos importantes visando a segurança jurídica das decisões administrativas prolatadas nas impugnações e recursos administrativos nos processos de fiscalização;
- g) Simples Nacional: procedimentos de acompanhamento e fiscalização pelo Município;
- h) rotinas permanentes de verificação e fiscalização dos dados informados pelos contribuintes de ISSQN enquadrados no Simples Nacional;

8) Diagnóstico do Sistema de Fiscalização:

- a) análise da regularidade funcional dos agentes fiscais sob o aspecto legal;
- b) diagnóstico das rotinas aplicadas no Departamento de Tributação e Fiscalização com vistas ao controle da arrecadação e eficiência na fiscalização dos tributos de competência municipal;
- c) diagnóstico do nível de conhecimento dos agentes fiscais e dimensionamento da necessidade de treinamento;
- d) direcionamento da equipe para a resolução de deficiências apontadas pelo TCE no PAF 2017.

9) Notas Relevantes:

- 1) Todo trabalho de discussão é feito “in loco” com a equipe do município;
- 2) Análise de todos os tributos individualmente, em especial a adequação da Planta Genérica no caso do IPTU;
- 3) Cálculos e análise das taxas, buscando o equilíbrio financeiro;
- 4) Reestruturação do processo fiscal;
- 5) Treinamento da equipe que irá atuar na aplicação do Código Tributário Municipal.
- 6) Os trabalhos deverão ser realizados na Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, conforme cronograma a ser definido pelo setor responsável;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ANEXO II – MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

A proponente abaixo assinada, participante da licitação modalidade de **Tomada de Preços sob o nº 004/2022**, por seu representante credenciado, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, obrigando a empresa que representa que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou:

1- Os documentos de habilitação contidos no (envelope nº 01); RENUNCIANDO, expressamente, ao direito de recurso da fase habilitatória e ao respectivo prazo e concordando com o prosseguimento do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes da próxima fase dos proponentes habilitados.

2- Os documentos e a proposta técnica contidos no (envelope nº 02), RENUNCIANDO, expressamente, ao direito de recurso desta fase e ao respectivo prazo e concordando com o prosseguimento do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes dos proponentes classificados.

3- A proposta financeira contida no (envelope nº 03), RENUNCIANDO, expressamente, ao direito de recurso desta fase e ao respectivo prazo e concordando com o prosseguimento do procedimento licitatório.

_____ em ____/____/____ de 2022.

Responsável Legal da Empresa

NOTA (*): APRESENTAR DENTRO DO ENVELOPE 1 – HABILITAÇÃO OU ENTREGAR DURANTE A SESSÃO DE ABERTURA QUANDO SOLICITADO PELA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ANEXO III – PROPOSTA FINANCEIRA

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

A licitante _____ inscrita no CNPJ/MF nº _____ com sede à Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, na cidade _____, Estado _____, CEP nº _____, Telefone (____) _____, E-mail: _____ por meio de seu responsável legal Sr. _____, CPF nº _____, RG nº _____, propõe ao Município de Dois Vizinhos a execução do constante no objeto do edital de **Tomada de Preços nº 004/2022** o seguinte:

1. Informar obrigatoriamente o preço unitário expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso;

Item	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
1			

2. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da abertura da licitação.

3. DADOS BANCÁRIOS: Banco - Agência - C/C:

4. Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

5. A licitante vencedora deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, possuindo somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC. O custo atual é variável, sendo o valor máximo de R\$ 11,00 (onze reais) por operação.

_____, em _____ de _____ de 2022.

Representante legal
Assinatura



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ANEXO IV - DECLARAÇÃO UNIFICADA

À Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná

Ref.: **TOMADA DE PREÇOS nº 004/2022**

Empresa:....., CNPJ:
responsável legal:, CPF:
endereço:.....

1- Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalvamos ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2- Declaramos que possuímos em nosso quadro funcional, equipe técnica capaz e certificada para atendimento do objeto licitado, conforme especificado na qualificação técnica.

3- Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

4- Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) _____, Portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____.

Declaramos ainda outros dados da empresa:

NOME DA FANTASIA:

RAMO DE ATIVIDADE Nº:

INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº:

5- Declaro para os devidos fins que **NENHUM** sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

6- Declaramos de que a empresa não contratará empregados com **INCOMPATIBILIDADE** com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

7- Declaro para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

8- Declaramos que a empresa contribui para a promoção do **DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL** no cumprimento de diretrizes e critérios de Sustentabilidade Ambiental, de acordo com o artigo 225 da Constituição Federal de



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1988 e em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 8666/93 e com o artigo 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro de 2010.

9- Indicamos como preposto da empresa o(a) Senhor(a)....., inscrito(a) no CPF sob o nº....., RG nº....., e-mail....., número de telefone fixo (.....) e/ou também de celular (.....); (em caso de alteração das informações descritas nesta declaração durante a execução do contrato, a proponente deverá oficial o fiscal e gestor do contrato para atualização dos dados).

10- Declaramos que sempre que for solicitado pelo contratante, apresentaremos o(s) comprovante(s) de vínculo entre o(s) técnico(s) envolvido(s) na execução do objeto com nossa empresa, assim como documentação técnica deste(s) mesmo(s) profissional(is).

11- Declaramos, expressamente, que a empresa se sujeita às condições estabelecidas no edital de Tomada de Preços nº 004/2022.

..... de 2022.
Local e Data

Assinatura do Responsável Legal da empresa

Carimbo do CNPJ da empresa

**ANEXO V – PONTUAÇÃO TÉCNICA****ITEM “A” - Capacidade Técnica**

Experiência e Habilitação da empresa	Quantidades de pontos por serviços realizados	Máximo de Pontos
Atestados de Capacidade Técnica de prestação de serviços similares e compatíveis com o objeto. (Poderão ser apresentados em atestados diferentes para o cumprimento desse item).	5,0 (cinco) pontos por atestado	35
Certidão de registro da empresa no órgão de classe CRA (Conselho Regional de Administração, ou CRC (Conselho Regional de Contabilidade) ou no CORECON (Conselho Regional de Economia).	5,0 (cinco) pontos por registro	15
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS		50

ITEM “B” – Equipe Técnica

Formação da Equipe Técnica	Quantidades de pontos por Profissional	Máximo de Pontos
Profissional formado na área de Direito, com especialização em Direito Tributário	5,0 (cinco) pontos por técnico	5
Profissional formado na área de Direito, com especialização em Gestão Tributária	5,0 (cinco) pontos por técnico	5
Profissional formado na área de Direito, com especialização em Direito Administrativo	5,0 (cinco) pontos por técnico	5
Profissional formado em Economia	5,0 (cinco) pontos por técnico	5
Profissional formado em Administração	5,0 (cinco) pontos por técnico	10
Profissional formado em Ciências Contábeis, com formação em controladoria e finanças.	5,0 (cinco) pontos por técnico	15
Profissional formado em Engenharia Civil e/ou arquitetura	5,0 (cinco) pontos por técnico	5
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS		50
TOTAL MÁXIMO (ITEM A+B)		100

a) Com relação ao “ITEM A” as comprovações de capacidade técnica emitidas por Pessoa Jurídica de Direito Público devem comprovar a execução de objeto compatível, em no mínimo 50% (cinquenta por cento) com as características do objeto da presente licitação.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- b) As comprovações referentes ao **“ITEM A”** deverão ser através de atestados emitidos por órgãos públicos municipais, em nome da licitante, datado, carimbado, com assinatura reconhecida em Cartório, podendo ser reconhecido como verdadeiro, por cópia autenticada em Cartório ou por funcionário público municipal, mediante apresentação dos originais;
- c) Com relação ao **“ITEM B”**, o participante da equipe técnica poderá pontuar em mais de uma titulação;
- d) Para comprovação das informações fornecidas ao **“ITEM B”**, deverá ser encaminhada relação nominal dos componentes da Equipe Técnica que estarão envolvidos no planejamento, elaboração e realização do Objeto deste Edital, acompanhadas dos currículos sintetizados dos respectivos profissionais, os quais deverão conter; identificação, formação acadêmica exigida no ITEM “B”, contendo no máximo 03 (três) folhas de Papel A4;
- e) Cópia autenticada de documentos comprobatórios dos títulos pontuados;
- f) Os documentos exigidos deverão constar da Proposta Técnica, obrigatoriamente, sendo que o não atendimento do estabelecido no Edital, seja por apresentação incompleta dos documentos, ausências e/ou omissões de itens, rasuras, emenda ou entrelinhas, implicará na desclassificação automática da licitante;
- g) Serão desclassificadas as Propostas que apresentarem pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da exigida nos Itens **“A” e “B”** do item c);
- h) A Comissão, após a abertura dos envelopes de Proposta Técnica, poderá a seu critério exclusivo suspender a reunião a fim de que possa melhor analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e/ou horário em que voltará a reunir-se com os interessados para a continuidade do certame;
- i) Ocorrendo o caso previsto no item anterior, os representantes deverão rubricar os envelopes lacrados contendo as Propostas Comerciais, que ficarão em poder da Comissão até que seja julgada a habilitação, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

ANEXO (A)

MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS – PR.
COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO

REFERENTE À EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022
Tipo: Técnica e Preço



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

A empresa _____, estabelecida na Rua _____ nº _____, bairro, cidade, CNPJ/MF sob nº _____, apresenta a sua proposta Técnica referente ao **ITEM “A” - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**.

Experiência e Habilitação da empresa	Quantidades de pontos por serviços realizados	Máximo de Pontos
Atestados de Capacidade Técnica de prestação de serviços similares e compatíveis com o objeto. (Poderão ser apresentados em atestados diferentes para o cumprimento desse item).	5,0 (cinco) pontos por atestado	
Certidão de registro da empresa no órgão de classe CRA (Conselho Regional de Administração, ou CRC (Conselho Regional de Contabilidade) ou no CORECON (Conselho Regional de Economia).	5,0 (cinco) pontos por registro	
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS		

_____, ____/____/2022.

Assinatura do Representante Legal
RG e CPF

ANEXO (B)

MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS – PR.
COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO

REFERENTE À EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022
Tipo: Técnica e Preço

A empresa _____, estabelecida na Rua _____ nº _____, bairro, cidade, CNPJ/MF sob nº _____, apresenta a sua proposta Técnica referente ao - **Item “B” – Equipe Técnica**.

“ITEM “B” – EQUIPE TÉCNICA

Formação da Equipe Técnica	Quantidades de pontos por Profissional	Máximo de Pontos
Profissional formado na área de Direito, com especialização em Direito Tributário	5,0 (cinco) pontos por técnico	
Profissional formado na área de Direito,	5,0(cinco) pontos por técnico	



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

com especialização em Gestão Tributária		
Profissional formado na área de Direito, com especialização em Direito Administrativo	5,0 (cinco) pontos por técnico	
Profissional formado em Economia	5,0 (cinco) pontos por técnico	
Profissional formado em Administração	5,0 (cinco) pontos por técnico	
Profissional formado em Ciências Contábeis com controladoria e finanças	5,0 (cinco) pontos por técnico	
Profissional formado em Engenharia Civil e/ou arquitetura	5,0 (cinco) pontos por técnico	
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS		
TOTAL MÁXIMO (ITEM A+B)		

_____, ____/____/2022.

Assinatura do Representante Legal
RG e CPF



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022

A.....(razão social da empresa), inscrita no CNPJ nº....., localizada à,
DECLARA, que se compromete a fornecer capacitação e treinamento aos fiscais de tributos e servidores da área tributária, sempre que se fizer necessário, para complementação de informações, levando em consideração os prazos dos processos fiscais, atendendo solicitação do município, de forma presencial, cumprido com todas as exigências do termo de referência, cumprindo as horas estabelecidas

Local e data.

Representante Legal



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO n.º/2022

O **MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.205.640/0001-08, com endereço na Avenida Rio Grande do Sul, 130, centro, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, representado por seu Prefeito Municipal senhor Luis Carlos Turatto, residente e domiciliado nesta cidade, a seguir denominado CONTRATANTE, e de outro lado como CONTRATADA, a _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____/____-__, com endereço a Rua/Avenida _____, n.º _____, Bairro _____, cidade _____, CEP _____ - _____, Telefone (____) _____, E-mail: _____ neste ato representada pelo Sr. _____, brasileiro, portador do RG n.º _____ - _____ e CPF n.º _____ - _____, têm justos e contratados as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA VISANDO A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA COM VISTAS A FOMENTAR A ARRECADAÇÃO MUNICIPAL, ATRAVÉS DO APERFEIÇOAMENTO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, COM A REVISÃO, COMPILAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, INCLUINDO TREINAMENTO DA EQUIPE DE AGENTES E FISCAIS DO SETOR TRIBUTÁRIO DE ACORDO COM OS ACHADOS E O QUADRO DE RECOMENDAÇÕES NOS PLANOS ANUAIS DE FISCALIZAÇÃO 2017 A 2021 E AUTUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – TCE.**

Parágrafo Primeiro

Integram e complementam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de **TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo

O contrato deverá cumprir o Termo de Ética dos Servidores Públicos do Município de Dois Vizinhos, conforme previsto no Decreto n.º 16549/2020, artigo 27, alínea “D” de acordo com os princípios e critérios de conduta nele estabelecidos.

CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO

Da Execução: O objeto desta licitação deverá ser iniciado imediatamente após a assinatura do contrato, devendo estar à disposição do município para atendimento em horário de expediente.

Parágrafo Primeiro

A proponente vencedora deverá disponibilizar contatos para atendimento via e-mail, telefone e de forma presencial, quando requisitado por esta municipalidade, com atendimento em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis.



Parágrafo Segundo

As despesas com locomoção dos profissionais, bem como as despesas de alimentação ficaram a cargo da empresa vencedora (Contratada).

1) Do escopo dos trabalhos – organização e responsabilidades:

- a) A prestação dos serviços deverá ser desenvolvida pela equipe técnica da empresa Contratada, que deverá contar com profissionais da área jurídica, economia, contabilidade e engenharia civil e/ou arquitetura e serão acompanhados pelo grupo técnico de profissionais da administração municipal, sendo advogados, procuradores, contador, fiscais tributários entre outros profissionais indicados pelo Prefeito Municipal, vinculados diretamente com as atividades a serem desenvolvidas.
- b) A Contratante designará uma equipe técnica para acompanhar todas as fases dos trabalhos, sendo: disponibilização de documentos, diagnóstico situacional, discussões técnicas e proposta de adequação da legislação.

2) Da assessoria externa – Empresa Contratada:

- a) Elaborar o diagnóstico situacional, identificando os dispositivos passíveis de atualização do Código Tributário Municipal.
- b) Estudo e análise das proposições de alterações com a equipe Tributária e Jurídica da Administração Municipal.
- c) Coordenar e propor as alterações necessárias, visando adequação do Código Tributário Municipal às modernas práticas de Gestão e a legislação vigente.
- d) Elaboração da Minuta do Projeto de Lei com as alterações necessárias.
- e) Apresentação do Projeto de Lei Complementar do Código Tributário Municipal atualizado para fins de apreciação e aprovação no Poder legislativo;
- f) Deverão ser realizadas, no mínimo, 20(vinte) reuniões, sendo 120 (cento e vinte) horas, com a equipe municipal para discutir o Código Tributário Municipal.
- g) Capacitar e treinar a equipe de servidores do Setor Tributário (fiscais e outros agentes), com vistas a aprimorar o processo de fiscalização dos tributos municipais, com a implementação de um programa de treinamento à fiscalização, abrangendo poderes, deveres, limites legais, e aspectos relevantes na condução dos processos administrativos de fiscalização.
- h) De forma presencial, com a presença de no mínimo 2 (dois) integrantes da equipe da empresa.
- i) Nas reuniões presenciais deverão estar presentes no mínimo 50% (cinquenta por cento) da equipe designada pelo Município, através de Portaria, para acompanhar e discutir os assuntos.

3) Etapas de prestação dos serviços:

3.1 - Análise Situacional - Levantamento e Diagnóstico da Legislação Tributária Municipal

- a) análise da legislação tributária municipal, identificando lacunas jurídicas;



- b) coordenar e assessorar os trabalhos com os técnicos municipais da área tributária, fiscais de tributos, procuradores, assessores, Secretário Municipal de Finanças;
- c) formular diagnóstico e propor a equipe soluções técnicas e jurídicas para solucionar as dificuldades na aplicação da legislação tributária, o qual servirá de base para a definição das políticas tributárias e atualização da legislação;
- d) atualização da planta genérica de valores dos imóveis componentes da base de dados do IPTU.

3.2. - Análise das políticas tributárias municipais Análise das políticas tributárias municipais, tais como: adequação a legislação vigente, alíquotas dos impostos, política de isenções e incentivos, tratamento da pequena empresa, parcelamento de débitos tributários e demais aspectos tributários.

4) Elaboração da Minuta do Projeto de Lei Complementar:

- a) A minuta do Projeto de Lei Complementar do Código Tributário Municipal deverá estar em consonância com as normas legais de hierarquia superior e deverá pautar-se nas seguintes diretrizes mestras conforme disposto abaixo:
- b) Compilação e consolidação da legislação tributária municipal;
- c) Estabelecimento de normas gerais relativas à gestão tributária de todos os tributos, vigência, aplicação e interpretação da legislação;
- d) Obrigação tributária: obrigação principal e acessória, o sujeito ativo e o sujeito passivo, a capacidade e a responsabilidade tributárias, o domicílio tributário;
- e) Crédito tributário: sua constituição, modalidades de lançamento, causas de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário;
- f) Administração tributária: fiscalização, infrações e penalidades, dívida ativa, certidões;
- g) Contencioso tributário: a impugnação e o julgamento administrativo;
- h) Obrigações acessórias: revisão das obrigações acessórias vigentes e normatização das novas regras, conforme a necessidade;
- i) Tributos Municipais em espécie (impostos, taxas e contribuições): estabelecer em relação a cada um deles o fato gerador, o sujeito passivo/responsável tributário, a incidência/não incidência, isenções e bases de cálculo, lançamento e alíquotas, planta genérica de valores;
- j) Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempresário Individual;
- k) Nota Fiscal Eletrônica;
- l) Lei da Liberdade Econômica;
- m) Demais legislações vigentes bem como decisões sumuladas pelo STJ e STF.

5) Acompanhamento do Processo Legislativo de aprovação da Lei Complementar:

- a) A Contratada deverá assessorar o Município durante o processo legislativo, analisando as eventuais emendas propostas, dando assim suporte para a aceitação ou rejeição das mesmas.
- b) A contratada deverá oferecer apoio técnico até que o projeto seja transformado em lei.
- c) Sancionado e publicado o Código Tributário Municipal atualizado, deverá a Contratada elaborar a redação de Projeto de Decreto para o fim de regulamentar as questões que necessitam melhor detalhamento para a sua aplicação, bem como abrangendo todas as matérias que o texto da lei tenha reservado ao regulamento.
- d) O projeto de Decreto também deverá ser discutido pela equipe de técnicos com vistas à análise crítica e adequação das normas.



6) Identificação das Empresas Cadastradas na Receita Federal do Brasil e sem cadastro no município de Dois Vizinhos/PR:

- a) Neste trabalho inclui-se a identificação de todas as atividades econômicas vinculadas as empresas localizadas no município.
- b) Planilha com CPFs cadastrados no Ente Municipal, CPFs esses que se enquadram como contribuintes individuais, contendo as seguintes informações essenciais: CPF, código do cadastro no município, nome, razão social, endereço completo, CEP, e situação do registro;
- c) Tabela contendo todas as empresas com sede no município referenciado, que não possuam devido cadastro no seu sistema de controle e que estejam com a situação ativa no cadastro da Receita Federal do Brasil - RFB, abrangendo informações como: CNPJ, razão social, nome fantasia, endereço completo, CEP, situação cadastral, data de abertura, cidade, UF, enquadramento no SIMPLES NACIONAL/SIMEI, CNAE Principal e Subjacentes (atividades secundarias);
- d) Planilha que abranja todas as empresas que possuem cadastro no sistema municipal, independentemente da situação cadastral na RFB com os seguintes dados, CNPJ, razão social, nome fantasia, endereço completo, CEP, situação cadastral, data de abertura, cidade, UF, enquadramento no SIMPLES NACIONAL/SIMEI, CNAE Principal e Subjacentes (atividades secundarias);
- e) Planilhas comparativas e análise dos dados, orientação para regularização das situações levantadas.

7) Treinamento e Capacitação à Fiscalização:

A contratada deverá ofertar treinamento e capacitação dos servidores que compõem o Departamento de Tributação e Fiscalização, através de encontros presenciais, sendo no mínimo 80 (oitenta) horas presenciais e atendimento a distância sempre que necessário, com abrangência dos seguintes temas tributários:

- a) definição dos poderes, deveres e limites legais do agente fiscal do Município;
- b) sistema tributário nacional, estadual e municipal;
- c) princípios constitucionais tributários;
- d) inovações trazidas no imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN;
- e) processo administrativo fiscal: passo a passo;
- f) aspectos importantes visando a segurança jurídica das decisões administrativas prolatadas nas impugnações e recursos administrativos nos processos de fiscalização;
- g) Simples Nacional: procedimentos de acompanhamento e fiscalização pelo Município;
- h) rotinas permanentes de verificação e fiscalização dos dados informados pelos contribuintes de ISSQN enquadrados no Simples Nacional;

8) Diagnóstico do Sistema de Fiscalização:

- a) análise da regularidade funcional dos agentes fiscais sob o aspecto legal;
- b) diagnóstico das rotinas aplicadas no Departamento de Tributação e Fiscalização com vistas ao controle da arrecadação e eficiência na fiscalização dos tributos de competência municipal;
- c) diagnóstico do nível de conhecimento dos agentes fiscais e dimensionamento da necessidade de treinamento;
- d) direcionamento da equipe para a resolução de deficiências apontadas pelo TCE no PAF 2017.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

9) Notas Relevantes:

- a) Todo trabalho de discussão é feito “in loco” com a equipe do município;
- b) Análise de todos os tributos individualmente, em especial a adequação da Planta Genérica no caso do IPTU;
- c) Cálculos e análise das taxas, buscando o equilíbrio financeiro;
- d) Reestruturação do processo fiscal;
- e) Treinamento da equipe que irá atuar na aplicação do Código Tributário Municipal;
- f) Os trabalhos deverão ser realizados na Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, conforme cronograma a ser definido pelo setor responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor total para a execução do serviço é de R\$ _____
(_____), (em moeda corrente nacional), daqui por diante denominado VALOR CONTRATUAL.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através do Departamento Financeiro da PREFEITURA MUNICIPAL em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceitação da nota fiscal pelo Departamento de Compras.

Deverá constar na Nota Fiscal:

1. Número Licitação;
2. Número Contrato;
3. Número Aditivo/Apostilamento, (se houver);
4. Recebimento conforme Decreto que nomeia os fiscais dos contratos firmados pela Administração Municipal;
5. Especificar (emitir relatório de local onde foi destinado);
6. Anexos para todas as notas: Todas as negativas fiscais mais CNDT.
7. Se a empresa for optante do Simples Nacional, deverá constar na Nota Fiscal.

Parágrafo Primeiro

A data para entrega das Notas Fiscais será até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, após esta data, deverão ser encaminhadas a partir do primeiro dia útil do mês subsequente.

Parágrafo Segundo

Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva do CONTRATANTE, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação “pro rata tempore” do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Parágrafo Terceiro

A licitante vencedora deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, possuindo somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC. O custo atual é variável, sendo o valor máximo de R\$ 11,00 (onze reais) por operação.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO

As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

DOTAÇÃO			
Exercício da Despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Destinação de recurso
2022	01870	06.001.04.122.0003.2025	00000

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contados a partir da data limite para apresentação da proposta (será considerada a data da abertura da licitação), pela variação do IPCA.

Parágrafo Primeiro

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZOS

O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, com início a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite legal.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DAS CONDIÇÕES GERAIS

Constituir-se-ão obrigações da CONTRATADA as seguintes, para a totalidade dos serviços:

Parágrafo Primeiro

Tratar as questões inerentes ao serviço com o fiscal do contrato, através do(s) responsável(is) técnico(s), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal do contrato, a não ser por iniciativa deste último;

Parágrafo Segundo

Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus, nos termos do art. 70 da Lei nº. 8.666/1993;

Parágrafo Terceiro

Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Município ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;

Parágrafo Quarto

Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações determinadas no Processo Licitatório, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos/acessórios disponibilizados;

Parágrafo Quinto

Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:



- a) Executar o objeto de acordo com as orientações do fiscal do contrato;
- b) Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade do produto ou serviço;
- c) Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à contratada o direito de indenização;
- d) Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

Parágrafo Sexto

Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a administração municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto registrado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à prefeitura do município, e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na lei nº 8.666/93;

IV - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

V - A licitante vencedora que deixar de celebrar o contrato, não mantiver sua proposta, deixar de entregar documentação necessária ou apresentar documentação falsa exigidas em todas as fases contratuais, ensejar o retardamento da execução do certame, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública e, será descredenciado junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato e das demais cominações legais;

Parágrafo Primeiro

As sanções previstas nos incisos "I e V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II a IV, facultada a defesa prévia do licitante, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;



Parágrafo Segundo

A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela prefeitura do município de Dois Vizinhos ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

Parágrafo Terceiro

A critério da administração municipal, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega dos materiais for devidamente justificado pela empresa detentora do registro de preços, por escrito, no prazo máximo até 5 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela prefeitura do município de Dois Vizinhos, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

Parágrafo Quarto

Com fundamento no artigo 154 da Lei Estadual n.º 15.608/2007, será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração ao licitante que:

I) Se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

II) Não mantiver a sua proposta.

Parágrafo Quinto

Caberá multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar justificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a prefeitura do município de Dois Vizinhos, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

Parágrafo Sexto

Além das já especificadas neste instrumento sujeitam-se a contratada inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da lei federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no código de defesa do consumidor - lei federal nº 8.078 de 11/09/90;

Parágrafo Sétimo

Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a contratada apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e acompanhamento do contrato é de responsabilidade da(o) Sr(a). Vilmar Possato Duarte.



Parágrafo Primeiro

A fiscalização da execução do contrato será realizada nos termos da Lei 8.666/93, a responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços será (o)a Sr(a). Marcelo Dal Molin, sendo nomeado(a) como suplente (o)a Sr(a). Dione Luiz da Silva.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº. 8.666/93.

Parágrafo Único. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº. 8666 de 21 de junho de 1993 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado. Aplica-se também a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 16480 de 30 de julho de 2020.

Parágrafo Primeiro

Art. 4º Constituem atos lesivos à administração pública, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas neste Decreto, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Parágrafo Segundo

Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental: A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº. 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Dois Vizinhos para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Dois Vizinhos /PR, _____ de _____ de 2022.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Empresa Contratada
CNPJ nº